



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes  
CNPJ - 01.577.844/0001-62

LEI Nº 288/2016

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO  
DE SANÇÃO e PROMULGAÇÃO LEGAL**

Pelo presente EDITAL DE PUBLICAÇÃO a Prefeita Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão, LUIZA COUTINHO MACEDO, no uso de suas atribuições legais previstas nas Constituições Federal e Estadual e com fulcro no **art. 49** da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os cidadãos de São Pedro dos Crentes-MA, às autoridades constituídas e a todos a quem possa interessar que, nesta data, **SANCIONA E PROMUGA A LEI MUNICIPAL Nº 288/2016, Dispõe sobre a alteração dos anexos I, II e III da Lei Municipal nº 267/2014 que dispõe sobre a criação e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos servidores da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão e dá outras providências**, para que tenha vigência, eficácia e gere seus legais efeitos. E para que nenhum cidadão possa alegar ignorância, faço público o presente Edital que será afixado em local de costume e de fácil acesso ao público. Dou a Lei Municipal nº 288/2016, de 22 de Novembro de 2016 por publicada.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES,  
ESTADO DO MARANHÃO, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016.**

  
**Luiza Coutinho Macedo**  
Prefeita Municipal

**CERTIFICO** que, nesta data, publiquei e registrei a presente Lei e seu respectivo Edital de Sanção e Promulgação, tendo sido afixado um exemplar no Átrio desta Prefeitura Municipal e demais locais de acesso ao público para que seja cumprida nos seus próprios termos. São Pedro dos Crentes em 22 de Novembro de 2016.

---

**Irene Coelho Barros Pinto**  
Chefe de Gabinete



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
AV. CANAÃ, 104, CENTRO

**LEI MUNICIPAL Nº 288/2016**

**Dispõe sobre a alteração dos anexos I, II e III da Lei Municipal nº 267/2014 que dispõe sobre a criação e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos servidores da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, Estado do Maranhão e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA FAZ SABER QUE OS VEREADORES APROVARAM E A PREFEITA MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica aprovado o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, conforme explicitado nos anexos, que fazem parte desta Lei.

§ 1º. Os cargos a que se refere o caput deste artigo integram o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes.

§ 2º. O regime jurídico dos Cargos instituídos pela presente Lei é o mesmo instituído pelo Município de São Pedro dos Crentes a seus servidores, ou seja, estatutário.

**CAPÍTULO II**  
**DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL**

**Art. 2º.** A Gestão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes tem por finalidade precípua:

**I** – determinar, classificar e quantificar os cargos integrantes da estrutura organizacional da instituição;

**II** – fixar critérios e procedimentos que visam a disciplinar, administrar e desenvolver os recursos humanos da instituição, no que diz respeito à política de cargos, carreira e salários.

**CAPÍTULO III**  
**DA TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÃO**

**Art. 3º.** Para efeito deste Plano, adotam-se as seguintes definições:





ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
AV. CANAÃ, 104, CENTRO

**I – Cargo Público:** é o conjunto de obrigações, deveres e responsabilidades atribuídas a um servidor público, criado por Lei, de natureza permanente, denominação própria e número certo, de provimento efetivo ou em comissão.

**II – Função Pública:** é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor público, cuja extinção dar-se-á automaticamente quando vagar.

**III - Classe de Cargos:** é o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo nível de vencimento, mesma denominação e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício, em série formando uma carreira ou de forma isolada sem constituir carreira;

**IV – Carreira:** é a série progressiva de níveis na mesma classe que estabelece o avanço remuneratório horizontal, pelo critério de antiguidade, observadas as normas estabelecidas nesta Lei;

**V – Nível:** é o símbolo atribuído a uma série horizontal dentro da mesma classe visando determinar a faixa de vencimentos a elas correspondentes;

**VI – Progressão:** é a passagem do servidor de seu padrão de nível de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro da faixa horizontal de vencimentos da classe a que pertence, pelo critério de antiguidade, observadas as normas estabelecidas nesta Lei.

**CAPÍTULO IV**  
**DO QUADRO DE PESSOAL E ESTRUTURA DO PLANO**

**Art. 4º.** O Quadro de Pessoal é o conjunto de cargos e funções que compõem a lotação da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, necessário em quantidade e qualidade para assegurar eficaz cumprimento de suas funções e objetivos institucionais.

**Parágrafo único.** O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal é constituído pelos cargos indicados nos anexos I e II que integram esta Lei:

**a) ANEXO I - QUADRO PESSOAL EFETIVO - QPEF** – é formado pelo pessoal que ingressou ou ingressará mediante concurso público de provas ou provas e títulos na função pública, com estabilidade após o interstício legal de estágio probatório, findo o qual somente poderá ser exonerado por falta grave apurada em Processo Administrativo Disciplinar, Processo Judicial e previsões da Constituição Federal, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório ao acusado.

**b) ANEXO II - QUADRO DE CARGO EM COMISSÃO - QCC** – é formado pelo pessoal detentor de cargo de confiança do presidente do legislativo, sendo a nomeação feita mediante Portaria e exoneração “ad nutum” da mesma forma, por ato e vontade de quem o nomeou.

**Art. 5º.** A Progressão de nível na carreira é um direito dos ocupantes de cargos efetivos e consistirá na elevação do servidor ao nível salarial imediatamente posterior ao que pertença, dentro da mesma classe, conforme estabelecido no **Anexo III**.



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
AV. CANAÃ, 104, CENTRO

**Parágrafo único.** A progressão ocorrerá sempre por antiguidade de modo compulsório, desde que o servidor atenda aos seguintes requisitos:

I - encontrar-se em efetivo exercício no cargo;

II - ter completado 02 (dois) anos de efetivo exercício no nível anterior, excluindo-se do cômputo os períodos referentes às licenças para trato de assuntos particulares e/ou as suspensões decorrentes de penalidades administrativas.

**CAPÍTULO V**  
**DOS VENCIMENTOS E DA REMUNERAÇÃO**

**Art. 6º.** O vencimento é a retribuição financeira paga ao servidor pelos efetivos serviços prestados, estabelecidos de acordo com a referência salarial e fixados na presente Lei, conforme Anexos I e II.

**Art. 7º.** Remuneração é o somatório de valores financeiros devidos ao servidor, compreendendo o vencimento e outras vantagens incorporadas ou temporárias estabelecidas em Lei.

**Art. 8º.** Os vencimentos dos cargos integrantes das carreiras encontram-se em conformidade com as respectivas tabelas salariais.

**Art. 9º.** Nenhum servidor da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes poderá perceber vencimento superior ao estabelecido pela Constituição Federal.

**Parágrafo único.** A menor remuneração atribuída aos cargos de carreira não será inferior ao salário mínimo vigente.

**Art. 10.** A remuneração do servidor não sofrerá descontos além dos previstos em Lei, ou por força de mandado judicial, salvo em virtude de indenização ou restituição à Fazenda Pública Municipal, nem será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto o caso de prestação de alimentos resultantes da homologação ou decisão judicial.

**§ 1º.** O servidor em débito com a Fazenda Pública Municipal, que for demitido, exonerado ou que tiver cassada a sua disponibilidade, terá prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-la.

**§ 2º.** Quando o débito é originado de comprovada má fé, o servidor deve quitá-lo em 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**§ 3º.** A não quitação do débito no prazo previsto neste artigo implicará em sua inscrição na Dívida Ativa do Município.

**Art. 11.** Mediante autorização escrita do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento no limite de 30% (trinta por cento) a favor de terceiros, desde que existente convênio ou autorização do Presidente da Câmara.





ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
AV. CANAÃ, 104, CENTRO

**SEÇÃO I**  
**DAS GRATIFICAÇÕES E DOS ADICIONAIS**

**Art. 12.** Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, o Presidente da Câmara poderá conceder a gratificação por prestação de serviços extraordinários e dedicação exclusiva ou somente esta até o limite de 100% do salário base do servidor.

**Art. 13.** As vantagens de que trata este capítulo serão concedidas, revistas ou revogadas, por meio de portaria do Presidente da Câmara Municipal.

**Art. 14.** O servidor perderá o direito a gratificação e/ou adicional de função quando afastado do exercício do cargo em atividade, exceto em licença médica, licença gestante e férias, nos termos do Regime Geral de Previdência Social, observando-se o enquadramento do respectivo servidor.

**SEÇÃO II**  
**DAS DIÁRIAS**

**Art. 15.** Serão concedidas diárias aos servidores e Edis da Câmara Municipal, sendo disciplinada por ato da Mesa Diretora e concedida pelo Presidente da Câmara Municipal, e no caso do Presidente será concedida pelo Tesoureiro.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS PROGRESSÕES**

**Art. 16.** A progressão na carreira do funcionário de que trata a presente Lei ocorrerá após o estágio probatório e efetivo exercício de 02 (dois) anos na função classe inicial, obedecendo aos seguintes critérios.

**I –** A Progressão de que se trata o caput deste artigo é a passagem do funcionário de um nível para o outro imediatamente seguinte, com interstício mínimo de 02 (dois) anos, obedecendo aos seguintes pré-requisitos:

- a) Durante o interstício ter, no máximo, 45 (quarenta e cinco) faltas justificadas ou não;
- b) Não ter sofrido punição disciplinar (advertência e suspensão), nos últimos 02 (dois) anos que antecedem a progressão horizontal;

**II-** Na passagem do funcionário de um nível para o imediatamente seguinte o funcionário perceberá um reajuste em cima do salário Base inicial, conforme demonstração no Anexo III desta Lei.

- a) O Salário Base inicial será o salário mínimo instituído pelo Governo Federal.
- b) A Tabela do anexo III será readequada de acordo a Política de recuperação do salário mínimo efetuada pelo governo federal.



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
AV. CANAÃ, 104, CENTRO

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 17.** Os ocupantes de cargos de provimento efetivo são submetidos ao regime de tempo integral de acordo com o horário de funcionamento da sede do Poder Legislativo e os ocupantes de cargo em comissão conforme estabelecido em ato administrativo do Presidente da Câmara.

**Art. 18.** Os ocupantes de cargos em comissão, nomeados através de Portaria, somente serão considerados exonerados por ato do Presidente da Câmara.

**Art. 19.** A partir da vigência desta Lei os servidores ocupantes de cargos efetivos serão, imediatamente, enquadrados no nível de progressão da carreira correspondente a sua situação funcional atual, conforme estabelecido no anexo III desta Lei.

**Art. 20.** Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal autorizada a expedir todo e qualquer ato necessário ao fiel e bom cumprimento desta Lei.

**Art. 21.** Os reajustes salariais do pessoal constante nos Anexos da presente lei são os do salário mínimo para os de base mínimo e o do INPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para os demais cargos.

**Art. 22.** Os casos omissos decorrentes da implantação deste Plano serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes.

**Art. 23.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes.

**Art. 24.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES, ESTADO DE MARANHÃO, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016.**

  
**LUÍZA COUTINHO MACEDO**  
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
AV. CANAÃ, 104, CENTRO

**ANEXO I**  
**CARGOS DE PROVIMENTO POR CONCURSO**  
**QUADRO DE PESSOAL EFETIVO – QPEF**

DENOMINAÇÃO	QUANT.	VENCIMENTO BASE
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	01	R\$ 880,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – ASD	01	R\$ 880,00

**ANEXO II**  
**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**  
**QUADRO DE CARGO EM COMISSÃO- QCC**

NOMENCLATURA	QUANT.	VENCIMENTO
ASSESSOR JURÍDICO	01	R\$ 2.200,00
ASSESSOR TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO	01	R\$ 1.571,46
ASSESSOR CONTÁBIL	01	R\$ 1.284,80
CHEFE DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	01	R\$ 880,00